

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

SUMÁRIO

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	2
2.	PLANOS ADMINISTRADOS	4
3.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
4.	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	6
4.1	Títulos públicos	6
4.2	Fundos de Investimento	7
4.3	Investimentos imobiliários	7
4.4	Operações com participantes	7
4.5	Permanente	8
4.6	Patrimônio Social	8
4.7	Apuração do Resultado	9
4.8	Custeio Administrativo	9
5.	REALIZÁVEL	10
5.1	Gestão Previdencial	10
5.2	Gestão Administrativa	10
6.	INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS	11
6.1	Títulos de Renda Fixa	11
6.2	Fundos de Investimento	15
6.3	Investimentos Imobiliários	15
6.4	Operações com Participantes	17
6.5	Rentabilidade dos planos no exercício - por emissor	18
7.	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	18
8.	EXIGÍVEL OPERACIONAL	19
8.1	Gestão Previdencial	19
8.2	Gestão Administrativa	20
8.3	Investimentos	21
9.	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	21
10.	PATRIMÔNIO SOCIAL	21
11.	AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO	22
12.	AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL	25
13.	GESTÃO ASSISTENCIAL	26
13.1	Aplicações	26
13.2	Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	26
13.3	Crédito Tributário e Previdenciário	27
13.4	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	27
13.5	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	28
13.6	Provisões para ações judiciais	28
13.7	Tributos e Encargos sociais a recolher	29
13.8	Débitos Diversos – Circulante	29
13.9	Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	29
13.10	Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	29
13.11	Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	29
13.12	Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	29
14.	OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)	30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

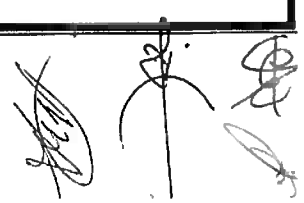
A Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde – CAPESESP é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, regida pelas Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 e tem a sua atuação voltada para a concessão e administração de planos de benefícios complementares aos da Previdência Social e aos da Seguridade do Servidor Público Federal. Adicionalmente à atividade principal, a Entidade administra um plano de assistência à saúde.

Cabe destacar que, em 26/01/2016, foram publicadas no Diário Oficial da União, a Resolução Operacional RO Nº 1.979/2016 e a Portaria Nº 7.811/2016, ambas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A primeira, instituindo o Regime de Direção Fiscal na CAPESESP e a segunda, nomeando a Sra. Fabiana Pereira de Moraes Moura para exercer a função de Diretora Fiscal na Entidade.

A decisão da Diretoria Colegiada da referida Agência Reguladora pela instauração da Direção Fiscal (Ofício Nº 37/2016/PRESI) teve por base o entendimento do Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE (Ofício Nº 163/2015/DIRAD/DIOPE/ANS), de que a CAPESESP não cumpriu, por três meses consecutivos, as metas necessárias para a continuidade do seu Plano de Adequação Econômico-Financeira – PLAEF, protocolado em 09/05/2014, considerando-o ainda cancelado, pela insuficiência de Ativos Garantidores Vinculados junto à ANS.

Da decisão exarada em junho/2015, a CAPESESP interpôs dois Recursos Administrativos e protocolou um Aditamento ao último Recurso protocolado, visando rever a referida decisão, apresentando pedido excepcional de acolhimento de novas metas para prosseguimento de PLAEF, diante de fatos novos ocorridos que impactaram diretamente na situação econômico-financeira de seu Plano de Benefícios Assistenciais.

Apesar dos esforços empenhados pela CAPESESP, o posicionamento da Diretoria Colegiada da ANS é o de que as anormalidades vivenciadas deveriam ser sanadas de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

forma "integral e imediata" e que o pedido de continuidade do PLAEF, com outras metas, não poderia ser deferido, motivo pelo qual foi aprovada a instauração da Direção Fiscal.

O Regime Especial de Direção Fiscal vem disciplinado pela ANS na Resolução Normativa - RN Nº 316, de 30/11/2012, a qual estabelece em seu artigo 2º que sua instauração ocorre quando forem detectadas anormalidades econômico-financeiras ou administrativas que coloquem em risco a continuidade ou a qualidade do atendimento à saúde, sem prejuízo de outras hipóteses que venham a ser identificadas pela ANS.

É importante destacar que a Direção Fiscal abrange única e exclusivamente o Plano de Benefícios Assistenciais da CAPESESP, nos termos do que dispõe a Instrução Conjunta SPC/ANS Nº 1, de 01/12/2008, e que o Diretor Fiscal, pela natureza de sua função, não mantém com a Entidade qualquer vínculo ou relação de emprego e, ainda, não detém poderes para a prática de quaisquer atos de gestão, exercendo suas atribuições na qualidade de representante da ANS, efetuando análise da organização administrativa e da situação econômico-financeira, assim como da qualidade do atendimento aos beneficiários.

Em julho de 2016, a ANS, por meio de sua Diretora Fiscal, determinou que fosse apresentado em 30 (trinta) dias um Programa de Saneamento Financeiro, visando resolver em 36 (trinta e seis) meses o problema existente.

O referido Programa foi apresentado no prazo determinado e vem sendo acompanhado mensalmente.

Durante sua vigência, a cada período de 12 meses, a ANS institui uma nova Direção Fiscal conforme observado nas Resoluções Operacionais RO Nº 1.979/2016, RO Nº 2.132/2017 e RO Nº 2.289/2018.

Em 04/05/2018, a Portaria Nº 9.692 da Diretoria Colegiada da ANS nomeou novamente a Sra. Fabiana Pereira de Moraes Moura, CPF nº 074.528.037-44, para continuar atuando na função de Diretora Fiscal, uma vez que a mesma tem conhecimento de toda a estrutura e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

funcionamento da Entidade, por ter acompanhado a situação da CAPESESP desde o início do Regime Especial de Direção Fiscal em 2016.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A CAPESESP administra três planos de benefícios previdenciais, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Adicionalmente, a Entidade possui um Plano de Gestão Administrativa e um Plano Assistencial.

- **Plano de Benefícios Previdenciais dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde** - CNPB Nº 19.840.002-92, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC Nº 16, de 22/11/2005.
- **Plano de Benefícios Previdenciais dos Empregados da CAPESESP** - CNPB Nº 19.840.001-11, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC Nº 16, de 22/11/2005.
- **Plano de Pecúlios** – CNPB Nº 19.790.055-83, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC Nº 16, de 22/11/2005.
- **Plano de Gestão Administrativa** - tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da CAPESESP, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo conforme Ata Nº 04, de 30/04/2010.
- **Plano de Assistência à Saúde** - registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sob o Nº 324477 e na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o Nº 40.118.400-92. O plano oferece aos seus associados benefícios relacionados à assistência médica e odontológica. Adicionalmente, a entidade submete-se às disposições da Lei Nº 9.656, de 03/06/1998.

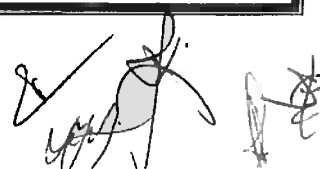
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e às Operadoras de Planos de Saúde.

Dentre os principais normativos utilizados para registro das operações previdenciais, destacam-se a Resolução MPS/CNPC Nº 08, de 31/10/2011, alterada pela Resolução MPS/CNPC Nº 12, de 19/08/2013, Instrução Nº 34, de 24/09/2009, alterada pela Instrução Nº 25, de 17/12/2015, e Resolução CGPC Nº 29, de 31/08/2009, e alterações posteriores. Em relação aos registros contábeis decorrentes da atividade assistencial, a legislação vigente é a Resolução Normativa Nº 435, de 23/11/2018, da Diretoria Colegiada da ANS.

De acordo com as normas emanadas pela PREVIC, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanco Patrimonial** de forma consolidada, evidenciando os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS** de forma consolidada, evidenciando as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL**, por plano de benefícios, evidenciando a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL**, por plano de benefícios, evidenciando as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT**, por plano de benefícios, evidenciando a composição das Provisões Técnicas; e



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA**, de forma consolidada, evidenciando o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

De acordo com as normas emanadas pela ANS, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanco Patrimonial;**
- **Demonstração do Resultado do Exercício;**
- **Demonstração do Resultado Abrangente;**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa.**

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a CAPESESP opera. A Entidade não possui ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data do fechamento das suas Demonstrações Contábeis.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29, do Anexo A, da Instrução MPS/SPC Nº 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e Participação no Fundo Administrativo PGA".

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Títulos públicos

Nas operações previdenciais, os títulos obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC Nº 4, de 30/01/2002:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

I - Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição.

II - Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade Fechada de Previdência Complementar de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados, pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

As valorizações e desvalorizações são registradas, mensalmente, em conta própria.

4.2 Fundos de Investimento

Registrado pelo valor de aquisição, sendo atualizado mensalmente de acordo com os valores das respectivas cotas.

4.3 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários foram registrados pelo valor de custo, corrigidos monetariamente até o exercício de 1995. Os seus saldos são ajustados por reavaliação, sendo a última realizada e registrada em dezembro de 2017. Os montantes foram deduzidos por depreciação calculada pelo método linear, em função do prazo de vida útil remanescente do bem, estabelecido no laudo de reavaliação. A depreciação foi registrada mensalmente, em contrapartida ao resultado do programa de investimentos.

4.4 Operações com participantes

Os empréstimos concedidos a participantes são amortizáveis em parcelas mensais, sendo estas determinadas no ato da contratação do empréstimo, calculadas com base em taxa de juros pré-fixada. O registro do saldo é efetuado pelo valor principal acrescido dos encargos devidos até a data do balanço. A remuneração referente aos juros está registrada na receita de operações com participantes, sendo fixada com base na taxa mensal definida pela Entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

4.5 Permanente

O Ativo Imobilizado foi registrado pelo valor de custo, sendo os respectivos saldos corrigidos monetariamente até o exercício de 1995. Os saldos foram reduzidos por depreciação acumulada pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Estão classificados como Intangível os sistemas informatizados adquiridos pela Entidade, sendo os mesmos amortizados pelo método linear, à taxa de 20% a.a.

4.6 Patrimônio Social

4.6.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

- Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.
- Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

4.6.2 Superávit Técnico Acumulado

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais.

O excedente patrimonial em relação aos compromissos dos Planos de Benefícios Previdenciais da Entidade foi registrado como Reserva de Contingência na conta Superávit Técnico, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas constituídas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Com base na Resolução CNPC Nº 22, de 25/11/2015, houve alteração na forma de distribuição do excedente patrimonial. A Reserva de Contingência passou a ser calculada com base na duração do Passivo do Plano de Benefícios.

4.6.3 Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Previdenciais – são fundos criados a partir de avaliação atuarial e têm destinação específica.
- Administrativo – tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.

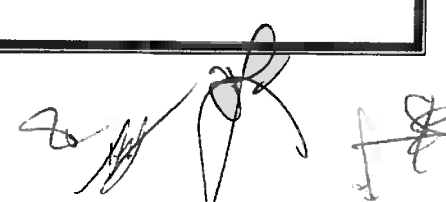
4.7 Apuração do Resultado

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

As despesas administrativas são rateadas entre as atividades previdenciais e assistenciais, em percentuais previamente estabelecidos e constantes do orçamento da CAPESESP, conforme exposto no item 5.2.1.

4.8 Custeio Administrativo

O custeio administrativo é calculado com base em percentuais próprios incidentes sobre as contribuições do respectivo plano de benefícios previdenciais, conforme limites estabelecidos na Resolução CGPC Nº 29, de 31/08/2009.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

5 REALIZÁVEL

5.1 Gestão Previdencial

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é composto basicamente por valores devidos pelos participantes, patrocinadores e pelos autopatrocinados relativos à contribuições do mês e parcelas em atraso.

5.2 Gestão Administrativa

Do total registrado no Realizável da Gestão Administrativa, os valores mais relevantes são:

- R\$ 6.444.410,66 referente a 93,5% das despesas administrativas de responsabilidade do Plano Assistencial que, por motivos operacionais, são pagas pelo PGA e reembolsadas no mês subsequente, conforme evidenciado no Passivo Circulante – Débitos Diversos do Plano Assistencial; e
- R\$ 2.440.434,76 referente aos depósitos judiciais.

5.2.1 Metodologia de custeio

As informações a seguir apresentam a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com o Regulamento do PGA.

Considerando os limites de custeio administrativo estabelecidos na Resolução CGPC Nº 29, de 31/08/2009, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo:

- Plano de Benefícios da Funasa: custeio equivalente a 9% das contribuições e benefícios;
- Plano de Benefícios da Capesesp: custeio equivalente a 0,55% dos recursos garantidores;
- Plano de Pecúlios: custeio equivalente a 9% das contribuições e benefícios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Além dos limites de custeio, foram definidos os percentuais de rateio das despesas administrativas de responsabilidade de cada plano. Do total das despesas, 93,5% foram custeadas pelo Plano Assistencial e 6,5% pelos Planos Previdenciais, sendo este composto da seguinte forma:

PLANO DE BENEFÍCIOS	PERCENTUAL
FUNASA	4,50%
CAPESESP	0,70%
PECÚLIOS	1,30%
TOTAL	6,50%

O resultado apurado entre o custeio e a despesa efetiva resultou na reversão total de R\$ 1.854 mil no Fundo Administrativo Consolidado, sendo reversão de R\$1.755 mil e R\$ 307 mil nos PBP Funasa e Plano de Pecúlios, respectivamente, e acréscimo R\$208 mil no PBP Capesesp.

	Em R\$ mil	
Gestão Administrativa	2018	2017
A) Fundo Administrativo Inicial	7.315	8.504
Custeio da Gestão Administrativa	3.947	4.847
Despesas Administrativas	5.801	6.036
B) Fundo Administrativo Final	5.461	7.315

6. INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS

6.1 Títulos de Renda Fixa

Os títulos classificados nessa categoria obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC Nº 4, de 30/01/2002. Foram avaliados e contabilizados de acordo



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

com as informações prestadas pelo Agente Custodiante – Itaú Unibanco S.A., CNPJ Nº 60.701.190/00001-04. Em 31 de dezembro, estão distribuídos como segue:

TÍTULOS DE RENDA FIXA	Em R\$ Mil	
	2018	2017
TÍTULOS PÚBLICOS	355.547	335.567
. Notas do Tesouro Nacional	329.810	293.324
. Letras do Tesouro Nacional	25.737	42.243
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	5.138	5.920
. Certificado de Depósito Bancário	-	-
. Debêntures	5.138	5.920
TOTAL	360.685	341.487

I - Títulos para negociação

Em R\$ mil					
TIPO	PARÂMETRO	NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CUSTO	VALOR MERCADO
Categoria: títulos para negociação					
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2021	1.568	2.272
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2022	151	198
LFT	SELIC	Pós fixado	01/09/2022	1.440	1.620
LFT	SELIC	Pós fixado	01/03/2024	21.044	21.648
Total				24.204	25.737

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

II - Títulos mantidos até o vencimento

Em R\$ mil					
TIPO	PARÂMETRO	NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CUSTO	VALOR MERCADO
Categoria: títulos mantidos até o vencimento					
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2019	16.444	19.964
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2020	18.852	29.246
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2021	3.956	4.516
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2022	9.835	12.713
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2023	15.017	18.977
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2024	29.205	40.010
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2026	14.251	15.659
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2030	35.315	46.164
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2035	40.147	44.712
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2040	17.488	20.223
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2045	31.810	33.168
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2050	15.356	16.990
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2055	26.403	27.467
Debêntures	IPCA	Pós fixado	15/07/2019	651	1.006
Debêntures	IPCA	Pós fixado	15/02/2022	2.661	4.133
Total				277.393	334.948
Total Geral				301.597	360.685

III – Troca e alienação de títulos

Em novembro e dezembro de 2018 foram realizadas trocas de títulos públicos do Plano de Benefícios da Funasa e Capesesp na categoria "mantidos até o vencimento", conforme demonstrados no quadro abaixo:

Plano Funasa

Alienação de títulos ocorrida no dia 28 de novembro de 2018			
R\$ mil			
Tipo	Vencimento	Quantidade	Financeiro
NTN-B	15/08/2024	595	2.016

Aquisição de títulos ocorrida no dia 28 de novembro de 2018			
R\$ mil			
Tipo	Vencimento	Quantidade	Financeiro
NTN-B	15/05/2035	580	2.021



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Plano Capesesp

Alienação de títulos ocorrida no dia 28 de novembro de 2018			
R\$ mil			
Tipo	Vencimento	Quantidade	Financeiro
NTN-B	15/08/2024	3.530	11.958

Aquisição de títulos ocorrida no dia 28 de novembro de 2018			
R\$ mil			
Tipo	Vencimento	Quantidade	Financeiro
NTN-B	15/05/2035	1.720	5.993
NTN-B	15/05/2055	1.650	5.982

Alienação de títulos ocorrida no dia 06 de dezembro de 2018			
R\$ mil			
Tipo	Vencimento	Quantidade	Financeiro
NTN-B	15/08/2021	700	2.316
NTN-B	15/08/2024	860	2.919

Aquisição de títulos ocorrida no dia 06 de dezembro de 2018			
R\$ mil			
Tipo	Vencimento	Quantidade	Financeiro
NTN-B	15/05/2045	1.500	5.357

Alienação de títulos ocorrida no dia 12 de dezembro de 2018			
R\$ mil			
Tipo	Vencimento	Quantidade	Financeiro
NTN-B	15/08/2022	2.200	7.411

Aquisição de títulos ocorrida no dia 12 de dezembro de 2018			
R\$ mil			
Tipo	Vencimento	Quantidade	Financeiro
NTN-B	15/05/2035	420	1.466
NTN-B	15/05/2055	1.650	6.013

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

A justificativa para a troca se deu em virtude da janela de oportunidade para o alongamento dos referidos títulos, apresentando rentabilidade superior as taxas atuariais e das metas da política de investimentos estabelecidas.

Esta operação está em consonância com a Resolução CGPC Nº 15, de 23/08/2005, que no seu artigo 1º estabelece que as operações de alienação de títulos públicos federais, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, nos termos do artigo 1º da Resolução CGPC Nº 04, de 30/01/2002, realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da entidade fechada de previdência complementar quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

6.2 Fundos de Investimento

Registrado pelo valor de aquisição, sendo atualizado mensalmente de acordo com os valores das respectivas cotas e lastreado em Títulos Públicos Federais.

6.3 Investimentos Imobiliários

A cada 3 (três) anos, a CAPESESP efetua a reavaliação dos investimentos imobiliários e em dezembro de 2017 foi registrada a atualização dos valores conforme laudo emitido pela empresa LEMA Engenharia e Avaliações. Em relação à última avaliação efetuada em 2014, os investimentos imobiliários foram desvalorizados em 23,8% conforme demonstrado no quadro a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

[illegible]

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

A carteira de Investimento Imobiliário está composta da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ Mil	
	2018	2017
EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO	20.079	20.418
.Terrenos	5.111	5.111
.Construções	14.968	15.307
EDIFICAÇÕES PARA RENDA	21.140	21.523
.Terrenos	5.354	5.354
.Construções	15.707	16.090
.Aluguéis	79	79
TOTAL	41.219	41.941

6.4 Operações com Participantes

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios Funasa e Capesesp totalizando R\$1.554 mil registrados no Realizável de Investimentos.

Realizável - Empréstimos a receber
R\$ mil



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

6.5 Rentabilidade dos planos no exercício - por emissor

	R\$ mil				
POR EMISSOR	PBP Funasa	PBP Capesesp	Peculios	PGA	Consolidado
Títulos Públicos	18.810	12.912	2.373	138	34.233
Créditos Privados e Depósitos	474	96	19	0	589
Fundos de Investimentos	0	0	0	195	195
Investimentos Imobiliários	2.043	344	0	0	2.387
Empréstimos e Financiamentos	-858	113	0	0	-745
RENTABILIDADE POR PLANO	20.469	13.465	2.392	333	36.659

A rentabilidade negativa observada nos Empréstimos e Financiamentos do PBP Funasa decorre da regularização na forma de apuração da Provisão para Perdas sobre Créditos.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os softwares constituem o ativo intangível. São bens destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23, das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC Nº 34, de 24/09/2009.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO**

Bens	Taxa anual
	%
Computadores e Periféricos	20%
Maquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL**8.1 Gestão Previdencial**

O saldo existente nesse grupo possui a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil
Benefícios a pagar	400
Retenções a recolher	141
Outros	95
Total	636

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

8.2 Gestão Administrativa

Descrição	Em R\$ mil	
	2018	2017
CONTAS A PAGAR	7.412	6.274
. Folha de pagamento	1.669	1.502
. INSS	344	371
. FGTS	287	279
. Indenizações trabalhistas	35	7
. Provisão de férias	4.104	4.040
. Fornecedores	973	64
. Diversos		11
RETENÇÕES A RECOLHER	902	918
. INSS	167	180
. Imposto de Renda na Fonte	654	649
. Contribuição Sindical - Funcionário	1	1
. Pensão Alimentícia	4	6
. ASCAP	36	46
. PIS/COFINS/CSLL - Serviços	16	20
. IR- Terceiros	10	8
. INSS - Terceiros	11	5
. ISS - Terceiros	3	3
OUTROS EXIGÍVEIS	3.224	907
TOTAL	11.538	8.099

No grupo "Outros Exigíveis" estão registrados os valores provisionados referentes ao PIS e COFINS depositados judicialmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**8.3 Investimentos**

Do montante de R\$135 mil registrados no exigível de investimentos, R\$122 mil decorrem da quantia provisionada para quitação do empréstimo concedido aos participantes na ocorrência de morte.

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

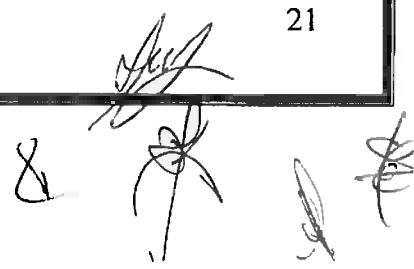
Foi apurado pela Assessoria Jurídica da CAPESESP que a Entidade possuía ações judiciais de natureza Previdencial, na qual a mesma era Ré, na ordem de R\$91 mil. Tais valores foram provisionados no referido mês, tendo em vista que a probabilidade de perda foi apontada como "provável" pelos advogados responsáveis.

Os processos que estão classificados com probabilidade de perda "possível" totalizaram o montante estimado de R\$ 5.870 mil, sendo R\$ 5.636 do Plano de Gestão Administrativa e R\$ 234 do Plano dos Servidores da Funasa.

10. PATRIMÔNIO SOCIAL**10.1 Provisões Matemáticas**

Consistem no valor dos compromissos futuros assumidos, apurados e registrados ao final do exercício.

Neste grupo estão registrados os valores relativos a "Benefícios Concedidos" e "Benefícios a Conceder", que foram determinados mediante avaliações atuariais elaboradas pela empresa independente de Atuária, contratada pela CAPESESP, devidamente habilitada junto aos órgãos competentes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

10.2 Equilíbrio Técnico

Em dezembro de 2018, o excedente patrimonial em relação aos compromissos dos Planos de Benefícios Previdenciais da Entidade foi registrado com base na duração do Passivo do Plano de Benefícios.

10.3 Fundos

a) Fundo Previdencial

O saldo de R\$26.835 mil refere-se exclusivamente ao Plano Previdencial de Pecúlios.

b) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da CAPESESP. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

11. AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

Em atenção ao previsto no § 4º do artigo 9º da Instrução Normativa PREVIC Nº 19, de 04/02/2015, foi calculado o ajuste de precificação dos títulos públicos federais, nos termos do instrumento já citado, tendo sido obtidos os resultados demonstrados abaixo.

Importa anotar que os valores foram apurados apenas para registro, tendo em vista que não foram implementados, neste ano, planos de equacionamento de déficit ou de destinação de superávit.

a) Plano de Benefícios Previdenciais dos Servidores da FUNASA

O montante do ajuste referente ao PBP FUNASA foi positivo em R\$19.112 mil. Os títulos públicos objeto do cálculo de ajuste de precificação, constam do quadro abaixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

				Em R\$ Mil					
Títulos				Posição em 31/12/2017			Posição em 31/12/2018		
Natureza	Aquisição	Vencimento	Valor Investido	Quantidade	Valor contábil	Valor do ajuste	Quantidade	Valor contábil	Valor do ajuste
NTN-B	16/09/2015	15/08/2018	10.287	3.900	12.028	178			
NTN-B	16/09/2015	15/05/2019	11.552	4.350	13.126	440	4.350	13.782	127
NTN-B	16/03/2011	15/08/2020	7.488	3.798	11.685	515	3.798	12.181	340
NTN-B	14/04/2011	15/08/2020	2.891	1.455	4.470	204	1.455	4.662	135
NTN-B	05/12/2013	15/08/2020	5.266	2.250	6.929	300	2.250	7.220	197
NTN-B	03/02/2016	15/05/2021	3.956	1.450	4.311	322	1.450	4.516	245
NTN-B	19/11/2014	15/05/2023	5.674	2.300	6.996	529	2.300	7.278	457
NTN-B	05/12/2013	15/08/2024	30.582	13.210	40.212	4.155	12.615	40.010	3.575
NTN-B	03/02/2016	15/08/2026	3.948	1.500	4.295	830	1.500	4.496	788
NTN-B	13/10/2016	15/08/2026	3.011	1.000	3.145	275	1.000	3.265	258
NTN-B	15/02/2017	15/08/2026	1.558	500	1.620	91	500	1.677	85
NTN-B	15/01/2014	15/08/2030	2.746	1.200	3.549	690	1.200	3.699	675
NTN-B	05/06/2014	15/08/2030	7.132	2.916	8.937	1.366	2.916	9.295	1.334
NTN-B	08/06/2017	15/08/2030	4.102	1.300	4.163	435	1.300	4.320	419
NTN-B	02/12/2015	15/05/2035	10.484	4.320	11.735	3.799	4.320	12.244	3.815
NTN-B	08/06/2017	15/05/2035	4.055	1.300	4.116	566	1.300	4.273	559
NTN-B	24/01/2018	15/05/2035	4.988				1.470	5.128	337
NTN-B	28/11/2018	15/05/2035	2.021				580	2.028	128
NTN-B	12/12/2018	15/05/2035	105				30	105	7
NTN-B	07/06/2017	15/08/2040	5.150				1.600	5.430	759
NTN-B	14/06/2018	15/08/2040	5.457				1.700	5.595	980
NTN-B	13/06/2018	15/05/2045	5.342				1.700	5.480	1.148
NTN-B	07/06/2017	15/05/2045	5.036				1.600	5.313	925
NTN-B	15/02/2017	15/05/2045	2.002				603	2.106	245
NTN-B	15/08/2018	15/05/2050	8.623				2.600	8.858	1.575

b) Plano de Benefícios Previdenciais dos Empregados da CAPESESP

O montante do ajuste referente ao PBP CAPESESP foi positivo em R\$15.518 mil. Os títulos públicos objeto do cálculo de ajuste de precificação, constam do quadro abaixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em R\$ Mil

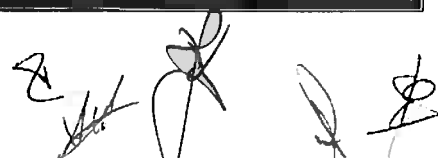
Títulos				Posição em 31/12/2017			Posição em 31/12/2018		
Natureza	Aquisição	Vencimento	Valor Investido	Quantidade	Valor contábil	Valor do ajuste	Quantidade	Valor contábil	Valor do ajuste
NTN-B	16/09/2015	15/08/2018	1.055	400	1.234	16			
NTN-B	16/09/2015	15/05/2019	1.992	750	2.263	68	750	2.376	20
NTN-B	14/04/2011	15/08/2020	1.733	872	2.679	106	872	2.794	70
NTN-B	03/02/2016	15/05/2021	1.910	700	2.081	139			
NTN-B	09/05/2012	15/08/2022	2.804	1.093	3.351	209	1.093	3.491	175
NTN-B	27/06/2012	15/08/2022	494	200	659	8	200	677	7
NTN-B	20/02/2013	15/08/2022	5.802	2.200	7.430	265			
NTN-B	31/07/2013	15/08/2022	3.012	1.200	3.855	54	1.200	3.980	45
NTN-B	18/11/2015	15/05/2023	2.047	800	2.327	260	800	2.439	227
NTN-B	02/12/2015	15/05/2023	1.774	700	2.010	254	700	2.110	222
NTN-B	05/12/2013	15/08/2024	10.163	4.390	13.363	1.189			
NTN-B	13/10/2016	15/08/2026	3.914	1.300	4.089	285	1.300	4.245	268
NTN-B	15/02/2017	15/08/2026	1.558	500	1.620	63	500	1.677	59
NTN-B	09/01/2013	15/08/2030	4.099	1.400	5.307	467	1.400	5.453	453
NTN-B	11/09/2013	15/08/2030	5.531	2.300	7.356	595	2.300	7.633	581
NTN-B	05/12/2013	15/08/2030	7.556	3.350	9.936	1.647	3.350	10.353	1.611
NTN-B	19/11/2014	15/08/2030	2.580	1.050	3.184	446	1.050	3.314	436
NTN-B	05/12/2013	15/05/2035	4.645	2.110	6.097	1.291	2.110	6.349	1.291
NTN-B	25/03/2015	15/05/2035	1.391	550	1.613	312	550	1.679	312
NTN-B	02/12/2015	15/05/2035	2.014	830	2.255	649	830	2.352	653
NTN-B	28/11/2018	15/05/2035	5.993				1.720	6.014	213
NTN-B	12/12/2018	15/05/2035	1.466				420	1.470	51
NTN-B	24/01/2018	15/05/2035	2.956				880	3.070	116
NTN-B	29/01/2014	15/08/2040	6.881	3.150	8.831	2.579	3.150	9.198	2.615
NTN-B	16/09/2015	15/05/2045	4.050	1.700	4.517	1.658	1.700	4.704	1.696
NTN-B	15/02/2017	15/05/2045	1.597	481	1.619	129	481	1.680	131
NTN-B	06/12/2018	15/05/2045	5.357				1.500	5.373	274
NTN-B	20/12/2018	15/05/2045	5.441				1.500	5.449	198
NTN-B	13/06/2018	15/05/2045	2.985				950	3.063	514
NTN-B	14/08/2013	15/08/2050	3.065	1.200	4.003	468	1.200	4.157	479
NTN-B	13/06/2018	15/08/2050	3.030				950	3.109	561
NTN-B	16/09/2015	15/05/2055	3.070	1.300	3.416	1.414	1.300	3.554	1.458
NTN-B	02/12/2015	15/05/2055	1.078	450	1.200	471	450	1.249	486
NTN-B	31/05/2017	15/05/2055	2.291	700	2.331	272	700	2.422	277
NTN-B	28/11/2018	15/05/2055	5.982				1.650	6.003	359
NTN-B	12/12/2018	15/05/2055	6.013				1.650	6.028	333
NTN-B	24/01/2018	15/05/2055	2.979				860	3.070	245

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

12. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL

DESCRIÇÃO	FUNASA	CAPESESP	PECÚLIOS	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
2018						
ATIVO	241.910	140.518	27.317	17.116	-5.461	421.400
DISPONÍVEL	62	55	60	67	-	244
REALIZÁVEL	241.848	140.463	27.257	15.772	-5.461	419.879
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.269	578	805	-	-	2.652
GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.915	1.115	431	10.489	-5.461	10.489
Participação no PGA	3.915	1.115	431	-	-5.461	-
Contas a Receber	-	-	-	10.489	-	10.489
INVESTIMENTOS	236.664	138.770	26.021	5.283	-	406.738
Títulos Públicos	196.513	131.214	25.817	2.003	-	355.547
Créditos Privados e Depósitos	4.084	850	204	-	-	5.138
Fundo de Investimentos	-	-	-	3.280	-	3.280
Investimentos Imobiliários	35.251	5.968	-	-	-	41.219
Empréstimos	816	738	-	-	-	1.554
PERMANENTE	-	-	-	1.277	-	1.277
Imobilizado	-	-	-	869	-	869
Intangível	-	-	-	408	-	408
PASSIVO	241.910	140.518	27.317	17.116	-5.461	421.400
EXIGÍVEL OPERACIONAL	461	259	51	11.538	-	12.309
GESTÃO PREVIDENCIAL	333	252	51	-	-	636
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-	-	-	11.538	-	11.538
INVESTIMENTOS	128	7	-	-	-	135
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	91	-	-	117	-	208
PATRIMÔNIO SOCIAL	241.358	140.259	27.266	5.461	-5.461	408.883
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	237.443	139.144	-	-	-	376.587
PROVISÕES MATEMÁTICAS	213.716	125.391	-	-	-	339.107
Benefícios Concedidos	114.401	48.395	-	-	-	162.796
Benefícios a Conceder	99.315	76.996	-	-	-	176.311
EQUILÍBRIO TÉCNICO	23.727	13.753	-	-	-	37.480
Resultados Realizados	23.727	13.753	-	-	-	37.480
Superávit Técnico Acumulado	23.727	13.753	-	-	-	37.480
FUNDOS	3.915	1.115	27.266	5.461	-5.461	32.296
FUNDOS PREVIDENCIAIS	-	-	26.835	-	-	26.835
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.915	1.115	431	5.461	-5.461	5.461
-	-	-	-	-	-	-



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

13. GESTÃO ASSISTENCIAL

O valor da Gestão Assistencial apresentado no Balanço Patrimonial Previdencial está detalhado no Balanço Patrimonial Assistencial. Os fatos relevantes estão destacados a seguir:

Balanço Patrimonial – Ativo

13.1 Aplicações

Descrição	Em R\$ Mil	
	2018	2017
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	87.368	74.725
Aplicações Livres	-	4.478
TOTAL	87.368	79.203

As aplicações garantidoras têm como objetivo lastrear as Provisões Técnicas estabelecidas nas Resoluções Normativas Nº 392, de 09/12/2015 e Nº 419, de 26/12/2016. A CAPESEP encerrou o exercício de 2018 com a necessidade de lastro no montante de R\$119.896 mil, ou seja, com um déficit de R\$32.529 mil.

13.2 Créditos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde

Descrição	Em R\$ Mil	
	2018	2017
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER		
.Contraprestação de Assistência Médico Hospitalar	33.746	33.251
Patrocinador	7.451	8.245
Participante	26.295	25.006
.Contraprestação de Assistência Odontológica	38	31
.Provisão para perdas sobre créditos	-18.015	-19.382
TOTAL	15.769	13.900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Descrição	Em R\$ Mil	
	2018	2017
OUTROS CRÉDITOS DE ASSISTÊNCIA		
.Partic. dos Benef. em Eventos de Assist. Med. Hospitalar	3.015	3.253
.Partic. dos Benef. em Eventos de Assist. Odontológica	14	17
.Financiamento de débito	2.113	2.585
.Outros*	4.904	2.427
.Provisão para perdas sobre créditos	-6.262	-3.581
TOTAL	3.784	4.701

* Apropriação de aporte financeiro sob a forma de cota extra, aplicado para cada associado inscrito no Plano de Saúde até o dia 01/10/2016 em valor equivalente à soma das contribuições do grupo familiar (titular, dependentes naturais e econômicos) e agregados, conforme cada caso, multiplicada por 3 (três), sendo este valor dividido em 32 prestações, cobradas a partir de dezembro de 2016.

13.3 Crédito Tributário e Previdenciário

Em outubro de 2018 a Capesesp encerrou a compensação do montante referente ao direito ao crédito tributário decorrente do recolhimento indevido das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos feitos às cooperativas no período de julho/2005 a setembro/2010.

Balanco Patrimonial – Passivo

13.4 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Neste grupo estão registradas as obrigações junto à Rede Credenciada, ao reembolso ao Sistema Único de Saúde – SUS e à Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA.

a) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS

Esta provisão é efetuada com base nas informações disponíveis no sítio da ANS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Após a notificação dos valores devidos, a CAPESESP efetua as análises e, caso haja, efetua as impugnações necessárias. Até o momento, a totalidade do débito encontra-se negociado, parcelado e vem sendo pago mensalmente.

b) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Nesta provisão estão registrados os valores avisados das despesas médicas encaminhadas pelos prestadores de serviço, que ainda não foram quitadas.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA

Provisão necessária para fazer frente aos eventos ocorridos e que a operadora ainda não tenha tomado conhecimento.

13.5 Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo encontram-se registrados valores decorrentes de transação entre planos que, por questões operacionais serão reembolsadas posteriormente.

13.6 Provisões para ações judiciais

Foi apurado pela Assessoria Jurídica da CAPESESP que a Entidade possuía ações judiciais de natureza Assistencial, na qual a mesma era ré, na ordem de R\$2.852 mil. Tais valores foram provisionados no referido mês, tendo em vista que a probabilidade de perda foi apontada como “provável” pelos advogados responsáveis.

Os processos que estão classificados com probabilidade de perda “possível” totalizaram, em dezembro/18, o montante estimado de R\$ 4.215 mil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

13.7 Tributos e Encargos sociais a recolher

Neste grupo registram-se todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativos e de pessoal, tais como Imposto de Renda sobre folha de pagamento e sobre serviços de terceiros, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre cessão de mão-de-obra, ISS a recolher, dentre outros.

13.8 Débitos Diversos – Circulante

O montante de R\$6.444 mil refere-se às despesas administrativas que foram custeadas pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA) em dezembro de 2018 e que será reembolsado no mês subsequente.

Demonstração do Resultado do Exercício

13.9 Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos

Valores das mensalidades do plano de saúde para fazer jus às despesas assistenciais.

Em conformidade ao Princípio da Competência, as receitas de contraprestações por parte dos participantes e patrocinadoras necessitam ser registradas contabilmente independentemente do efetivo recebimento financeiro.

13.10 Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo são registradas desde dezembro de 2016 as receitas com apropriação mensal da cota extra.

13.11 Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Registro de despesas com reclamações judiciais, cobrança e prestação de serviços, além de despesas com auxílio medicamento, reembolso funeral, capesaúde urgente.

13.12 Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Registramos neste grupo principalmente as despesas com outras operadoras que operam em conjunto com a CAPESESP no atendimento aos beneficiários sob a condição de Reciprocidade.

14 OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)

Em 1991, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP moveu ação judicial em favor de suas associadas, dentre elas a CAPESESP, contra a União Federal, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento, sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. A ação tratava da utilização do Índice de Preços ao Consumidor – IPC em substituição ao BTN, para fins de atualização daqueles títulos.

Em primeira instância a ação foi julgada improcedente. Entretanto, após diversas tentativas em favor de suas associadas, a ação transitou em julgado favoravelmente à ABRAPP.

A PREVIC, em 14/10/2011, por meio do Ofício Nº 4631/2011/CGMC/DIACE/PREVIC manifestou-se contrária à contabilização da ação judicial sobre expurgos inflacionários. A CAPESESP, atendendo aos princípios contábeis, bem como a indefinição do montante a ser contabilizado não procedeu ao registro da referida ação.



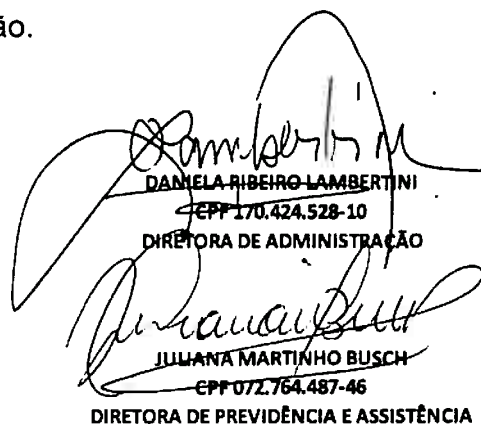
JOÃO PAULO DOS REIS NETO
CPF 216.446.833-34
DIRETOR-PRESIDENTE



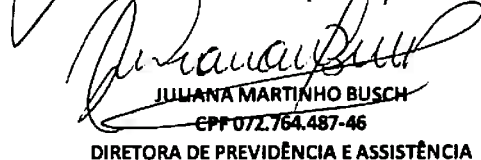
EDUARDO INACIO DA SILVA
CPF 776.472.117-49
DIRETOR FINANCEIRO



ALINE DOS SANTOS FAVARIO
CPF 076.810.007-04
CONTADORA
CRC/RJ 091802/O-8



DANIELA RIBEIRO LAMBERTINI
CPF 170.424.528-10
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO



JULIANA MARTINHO BUSCH
CPF 072.764.487-46
DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA